

Licenciatura em Engenharia Florestal

UC: *Políticas e Projectos Florestais*

Módulo III – Contexto e actores sociais na política florestal portuguesa

Tema 3: *Tipos de proprietários florestais e estrutura da propriedade florestal*

Responsável: *Isabel Rodrigo*

Objectivos:

- ❖ Dar a conhecer:
 - os diferentes tipos de proprietários florestais localizados no Continente português
 - a importância relativa dos mesmos em termos de:
 - ✓ superfície total
 - ✓ espécie florestal
 - ✓ localização geográfica
 - ✓ estrutura fundiária
 - as principais características dos principais tipos de proprietários florestais
- ❖ Identificar as principais funções, passadas e presentes, da floresta na economia dos proprietários privados não-industriais e na das comunidades rurais

Sumário:

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

2 – Actores na política florestal portuguesa

- ◆ 2.1. Proprietários florestais privados não-industriais: aspectos relevantes
- ◆ 2.2. Grandes empresas industriais e exportadoras: aspectos relevantes
- ◆ 2.3. Baldios: aspectos relevantes
- ◆ 2.4. Estado: aspectos relevantes

3 – Proprietários florestais privados não-industriais

3.1 – Principais características

3.2 – Associativismo

3.3 – Funções da floresta

4 – Baldios

4.1 – Contexto histórico

4.2 – Principais características

4.3 – Funções

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

A evolução da área florestal e as áreas dos incultos em Portugal

- em **1875** o total da área de incultos era estimada em mais de 60% do total da superfície do país (Baptista, 2003: 51)
- entre 1867 (1ª estimativa disponível da superfície florestal) e a década de 50 do século XX registou-se um crescimento da superfície agrícola e florestal (**recordar e ver Quadros e Figuras seguintes**)
- **no início do século XX** (1910-1926) os incultos eram considerados, do ponto de vista económico e político, como uma solução para eliminar ou, pelo menos, reduzir a dependência alimentar do país
- o fim dos incultos: em **1945** toda a superfície com potencial para ser cultivada já estava ocupada (Baptista, 2001: 19)
- **“Até meados do século XX, Portugal era um país agrícola e rural: a agricultura empregava, à época, 48 % do total da população activa e contribuía com 32% para o produto interno bruto (PIB)”** (Baptista, 1993: 331-2)

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

Evolução da área florestal em Portugal continental, em 1000 hectares

	1875 ⁽¹⁾	1910 ⁽²⁾	1939 ⁽³⁾	1972 ⁽⁴⁾	1984 ⁽⁵⁾	1995/98 ⁽⁶⁾
Total	640	1957	2467	2834	3042	3349
Pinhal	210	430	1161	1307	1351	1054
Eucaliptal				166	243	672
Montado de sobro	370	366	690	641	680	713
Montado de azinho		417	360	526	534	462
Outros	60	744	256	194	234	448

(1) Gerardo A. Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e colónias*, Lisboa, 1875.

(2) Pedro Romano Folque (coord.), *Carta agrícola e florestal de Portugal na escala 1/500.000*, Direcção dos Serviços da Carta Agrícola, 1910.

(3) Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas, *Evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, 1945.

(4) *Inventário florestal – informação disponível no fim de 1972*, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1973.

(5) *Distribuição da floresta em Portugal continental. Áreas florestais por concelhos 1984*, Direcção-Geral de Florestas, 1985. Nota – Informação disponível em 1984.

(6) *Inventário Florestal Nacional, 3ª revisão, 1995-1998*, Direcção-Geral das Florestas, 2001.

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

Ocupação do território do Continente português entre 1867 e 1995/98

Land use in Continental Portugal since 1867

SPECIES	1867	1902	1910	1920	1929	1939	1950/56	1963/66	1968/78	1980/85	1995/98
1. FOREST AND OTHER WOODED LAND	1240000	1736938	1956500	2022491	2332000	2467000	2832268	2825700	2969120	3108200	3349327
<i>A) Forest land by tree-species dominance</i>											3201131
a) Conifers	210000	250000	430194	913689	1132000	1161000	1189524				
- Maritime pine								1287600	1293040	1252300	976069
- Other conifers											
b) "Montados":	370000	712986	782653	868850	940000	1050000	1274490	1215400	1192480	1128700	1174390
- Cork oak	121000	325493	365995	413713	560000	690000	651406	636800	656580	664000	712813
- Holm oak	249000	387492	416658	455137	380000	360000	623084	578600	535900	464700	461577
c) Other oaks and chestnut	60000	173952	130986	173952	193000	188000	170000		99840	143200	171478
- Other oaks	n.a.	78165	47006	78165	108000	108000	94000		70550	112100	130899
- Chestnut	n.a.	95787	83980	95787	85000	80000	75000		29290	31100	40579
d) Eucalyptus	0	-----	-----	-----	8000	n.a.	113288	98900	213720	385800	672149
e) Other	600000	600000	612667	66000	59000	68000	84966		170040	198200	207045
<i>B) Other wooded land</i>	n. a.	148196									
2. AGRICULTURAL LAND	1886000		3111882	3229000	3282000	3380000	4762000		4205882	3902362	2972883
UNCULTIVATED LAND FIT FOR CULTIVATION	5462862	n. a.	3426618	3245671	2883162	2648000	885594		1279860	1419300	2054571
Productive, but uncultivated land (fallow, grazing, etc.)	2116000		1926000	1639000	1565000	1484000	395594	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Other uncultivated land fit for cultivation	3346862		1503780	1606671	1318162	1164862	490000	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
3. LAND UNFIT FOR CULTIVATION	291000	374000	381700	382700	382700	384000	400000	n. a.	425000	450000	503081
4. TOTAL LAND AREA	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520	8772520
5. INLAND WATERS	107342	107342	107342	107342	107342	107342	107342	107342	107342	107342	107342
6. TOTAL AREA	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862	8879862
Forest coverage (1./4.)	14,1%	19,8%	22,3%	23,1%	26,6%	28,1%	32,3%	32,2%	33,8%	35,4%	38,2%

Sources and methodology: Mendes (2002b)

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

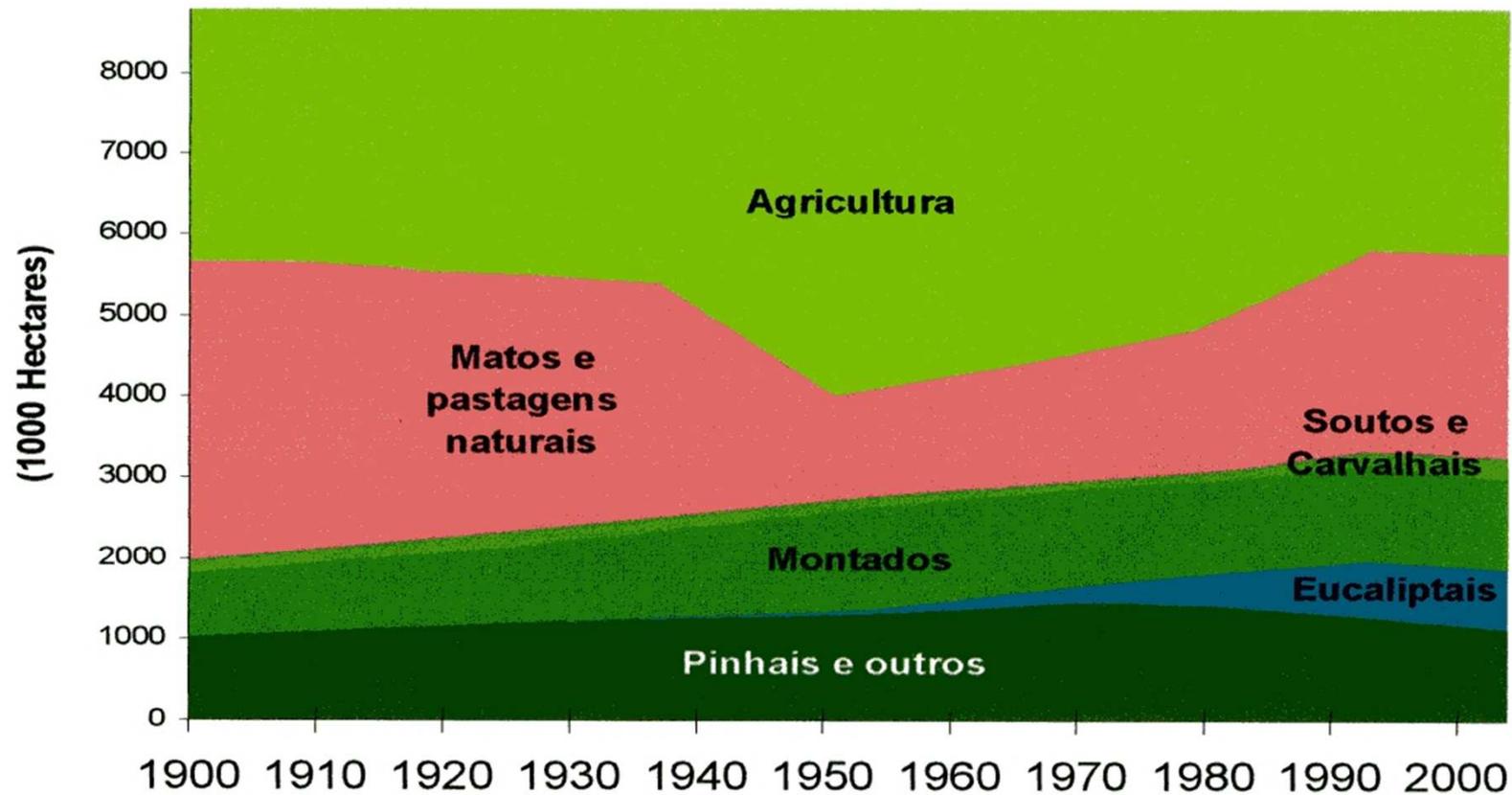
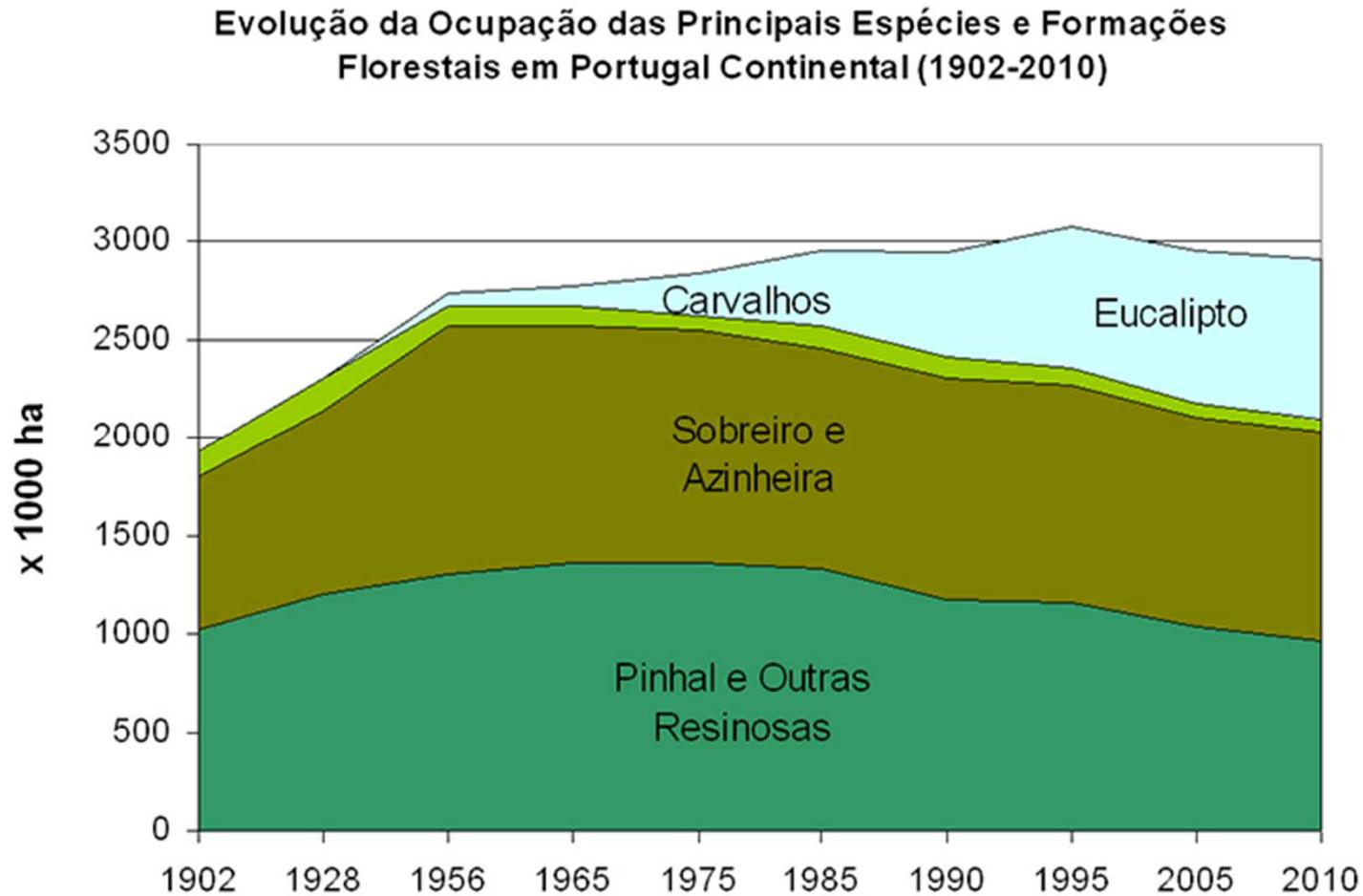


Figura 1 - Evolução da área florestal, de matos e de agricultura no Continente durante o século XX (Fonte: DGRF - dados de 2006 ainda provisórios)

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal



1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

- foi a **partir de meados de 1950 que o efeito da florestação teve maior expressão:**
 - ✓ este crescimento foi feito **à custa da superfície agrícola não cultivada** (área de incultos) então existente, em resultado do processo de desflorestação multi-secular. Porém, **o aumento da área agrícola foi superior ao do da superfície florestal, em consequência do crescimento demográfico** (ver Quadro anterior)
 - ✓ nas **décadas de 1960 e 1970** regista-se uma **quebra da área agrícola cultivada, enquanto a área florestal continuou a crescer** (ver Quadro anterior). O fluxo migratório explica esta tendência: mais de 1,5 milhão de portugueses emigraram

- “A **área florestal** pode ter passado **de uns 7% a aproximadamente um terço da área do continente português, entre 1875 e 2005**” (Radich e Baptista, 2005: 143: sublinhados nossos)

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

Ocupação do espaço⁽¹⁾. Portugal/Continente. Século XX

	Início do século	Meados do século	Fim do século
Incultos (1000 ha)	2597 ⁽²⁾	490	2055
Floresta (1000 ha)	1957	3234	3349
Área agrícola (1000 ha)	4063	4278	2973

(1) A diferença entre a soma das áreas consideradas no quadro e a área do Continente corresponde a áreas sociais, águas interiores e improdutivas; (2) Inclui os pousios.

Fonte: para o início do século utilizou-se a informação elaborada por Radich (2000) com base na Carta Agrícola de 1910 e numa estimativa de Sertório do Monte Pereiro, de 1908; para meados do século utilizou-se a informação de Caldas (1978), estabelecida com base em elementos relativos a 1956 e a 1963; para o fim do século, recorreu-se ao *Inventário Florestal Nacional* de 1995-98.

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

Relação dos sistemas de produção agrícola e das economias domésticas das famílias rurais com os **incultos**

	Incultos
Início do século	<ul style="list-style-type: none">→ Territórios alimentares para os gados→ Lenha de arbustos, carvão→ Mel,...→ Matos para estrume
Meados do século	Dado o declínio dos incultos, estes não eram relevantes
Fim do século	(Sem significado)

1 – Introdução: os incultos e a evolução da área florestal

De acordo com o **Inventário Florestal** de **1995** (DGF, 2001):

- a área agrícola representava 33,5% do total da superfície de Portugal Continental, e a florestal e outras áreas florestadas^(*) representavam 37,7% (3,349,327 ha)
- as principais espécies florestais em Portugal Continental eram:
 - ✓ o pinheiro bravo (29,1%)
 - ✓ o sobreiro (21,3%)
 - ✓ o eucalipto (20,1%)

(*) Outras áreas florestadas (“other wooded land”) correspondem às áreas florestais queimadas, áreas de cortes rasos e terra com arvoredo cuja densidade é inferior à definida para poder ser considerada “floresta” (Mendes, 2004: 37)

2 – Actores na política florestal portuguesa

Domínio privado

- ✓ Proprietários florestais privados não-industriais (*)
- ✓ Grandes empresas industriais e exportadoras
- ✓ Outras entidades (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações, Igrejas, ...)

Domínio comunitário

- ✓ Baldios

Domínio público

- ✓ Estado

(*) “Non-industrial private forest (NIPF) owners”, na terminologia anglo-saxónica

2 – Actores na política florestal portuguesa

PANORAMA ACTUAL

Domínio privado

- ✓ Proprietários florestais privados não-industriais – **73%** do total da área florestal
- ✓ Grandes empresas industriais e exportadoras – **10%** do total da área florestal
- ✓ Outras entidades (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações, Igrejas, ...) – **3%** do total da área florestal

Domínio comunitário

- ✓ Baldios – **11%** do total da área florestal

Domínio público

- ✓ Estado – **3%** do total da área florestal

2 – Actores na política florestal portuguesa

Distribuição da superfície florestal e de outras áreas florestadas, por tipos de proprietário (1928-1995)

Distribution of the area of forests and other wooded land by types of ownership

Types of owners	1928		1959		1974/82		1995	
	Area	%	Area	%	Area	%	Area	%
State forests	53662	2,3	58000	2,0	78000	2,6	40000	1,2
Communal forests	55954	2,4	145000	5,0	380000	12,4	180000	5,4
Private forests	2221824	95,3	2697000	93,0	2598000	85,0	3129000	93,4
TOTAL	2331400	100,0	2900000	100,0	3056000	100,0	3349000	100,0

Sources:

1928: Ministério da Agricultura (1940, p. 131)

1959: Mendonça (1961, p. 31)

1974/82: DGF (1988, p. 9)

1995: see next table.

2 – Actores na política florestal portuguesa

Distribuição da superfície florestal e de outras áreas florestadas, por tipo de proprietário e dimensão das unidades florestais em 1995

Em 1995 os Serviços Florestais publicaram uma estimativa da distribuição da área florestal, por tipo de proprietário e classe de dimensão (física) das respectivas unidades florestais (**ver Quadro seguinte**)

2 – Actores na política florestal portuguesa

Distribuição da superfície florestal e de outras áreas florestadas, por tipo de proprietário e dimensão das unidades florestais em 1995

Distribution of forest and other wooded land by ownership and holding size in 1995

Type of ownership	Holding class Sizes	Area of forests and Other wooded land		Number of forest holdings		Average holding size per class
		ha	%	Number	%	
State and Communal Forests	Less than 3 ha	0	0	0	0	
	3-10 ha	0	0	0	0	
	11-50 ha	16000	6,45	951	83,42	16,82
	51-100 ha	4000	1,61	81	7,11	49,38
	101-500 ha	5000	2,02	39	3,42	128,21
	501-10000 ha	223000	89,92	69	6,05	3231,88
	Total	248000	100	1140	100	217,54
Private Forests	Less than 3 ha	376000	11,99	347277	84,80	1,08
	3-10 ha	344000	10,97	34596	8,45	9,94
	11-50 ha	453000	14,45	20178	4,93	22,45
	51-100 ha	225000	7,18	2989	0,73	75,27
	101-500 ha	953000	30,40	3737	0,91	255,02
	501-10000 ha	784000	25,01	747	0,18	1049,53
	Total	3135000	100	409524	100	7,66
Total	Less than 3 ha	376000	11,11	347277	84,56	1,08
	3-10 ha	344000	10,17	34596	8,42	9,94
	11-50 ha	469000	13,86	21129	5,15	22,20
	51-100 ha	229000	6,77	3070	0,75	74,59
	101-500 ha	958000	28,32	3776	0,92	253,71
	501-10000 ha	1007000	29,77	816	0,20	1234,07
	Total	3383000	100	410664	100	8,24

Source: DGF (1999)

2 – Actores na política florestal portuguesa

Distribuição da superfície florestal e de outras áreas florestadas, por tipos de proprietários florestais e espécies florestais, em 1995 (1,000 ha)

Distribution of the area of forests and other wooded land by types of ownership and tree species in 1995 (1000 ha)

Types of owners	Total		Maritime pine		Eucalyptus		Cork oak		Other forests and wooded land	
	Area	%	Area	%	Area	%	Area	%	Area	%
State forests	40	1,2	27	2,8	0	0,0	2	0,3	11	1,1
Communal forests	180	5,4	116	11,9	14	2,1	1	0,1	49	5,0
NIPF	2910	86,9	822	84,2	470	69,9	690	96,8	928	93,9
Forest industries	219	6,5	11	1,1	188	28,0	20	2,8	0	0,0
TOTAL	3349	100,0	976	100,0	672	100,0	713	100,0	988	100,0

Sources:

- a) Total forest area and its distribution by species (year 1995): DGF (2001);
- b) Total forest area of state forests (year 1992): own calculation from data published in the DGF booklet (DGF, 1992);
- c) Total area of communal forests (year 1995): own estimate made by subtracting the total area of state forests from the total area of state and communal forests as reported by National Forest Inventory (DGF, 2001).
- d) Distribution of the total area of state and communal forests by species: own estimates based on the sources mentioned in b) and c);
- e) Total forest area of forest industries and its distribution by species (year 2001: data extracted from table 2 of the 2001 CELPA Statistical Report (CELPA, 2002, p. 39), excluded non forest uses and assuming that the "other species" which are neither maritime pine and eucalyptus correspond essentially to cork oak.
- f) Areas of maritime in state forests and in communal forests (year 1992): areas inferred from data on growing stocks included in the tables in page 8 of the DGF publication (DGF, 1992)
- g) Areas of eucalyptus in state forests and in communal forests (year 1992): areas inferred from data on growing stocks included in the tables in page 8 of the DGF publication (DGF, 1992)
- h) Forest area of the non-industrial private forest owners and its distribution by species: obtained by subtraction from the total the areas for the other types of owners.

◆ 2.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: aspectos relevantes

- em Portugal, os proprietários florestais privados não-industriais são, **desde sempre**, o tipo mais importante
- porém, nem a investigação florestal nem as políticas públicas têm tomado, devidamente, em consideração esta realidade:
 - ✓ **só a partir de 1980** é que surgem **incentivos públicos** ao investimento florestal privado, com a oportunidade de acesso a fundos comunitários a baixo custo, e
 - ✓ **só a partir de finais de 1990** é que se vem **promovendo a organização colectiva dos proprietários privados não-industriais**
- também não existe um Recenseamento de proprietários florestais. A única informação disponível sobre a distribuição das unidades florestais por dimensão física é a recolhida nos Recenseamentos e Inquéritos Agrícolas.
- Consequentemente:
 - ✓ esta informação peca “por defeito”
 - ✓ não existe consenso quanto ao número de proprietários privados não-industriais e área que detêm

◆ **2.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: aspectos relevantes**

De acordo com o documento *Estratégia Nacional para as Florestas* (2006: 9) “no Continente, a **propriedade privada** corresponde a 2,8 milhões de ha de espaços florestais arborizados, ou seja, **84,2%** do total, dos quais **6,5%** pertencentes a **empresas industriais**

As **áreas públicas** correspondem a **15,8%** do total, dos quais apenas **2%** (a menor percentagem da Europa) são do **domínio privado do Estado**”

◆ **2.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: aspectos relevantes**

Distribuição das unidades florestais, por classes de dimensão (física) em 1995 (%)

Forest holdings size distribution in 1995 (%)

Regions		Forest holdings class sizes (ha)						Total
		0-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100 and more	
Northwest	N.º holdings	89,7	6,4	2,2	1,2	0,2	0,3	100,0
	Forest area	34,4	13,6	9,0	10,2	4,1	28,7	100,0
Northeast	N.º holdings	90,6	6,6	2,2	0,4	0,1	0,1	100,0
	Forest area	53,7	19,9	13,2	5,4	3,4	4,4	100,0
Central West	N.º holdings	91,5	5,8	1,7	0,8	0,1	0,1	100,0
	Forest area	53,1	18,4	10,7	10,8	2,4	4,6	100,0
Central East	N.º holdings	73,1	14,3	7,3	3,9	0,7	0,7	100,0
	Forest area	18,1	13,8	14,1	15,3	5,9	32,8	100,0
Ribatejo Oeste	N.º holdings	84,8	6,5	3,6	2,5	1,1	1,5	100,0
	Forest area	8,3	3,8	4,1	6,6	6,7	70,5	100,0
Alentejo	N.º holdings	23,8	12,0	15,6	14,9	11,3	22,4	100,0
	Forest area	0,5	0,9	2,5	5,4	9,2	81,5	100,0
Algarve	N.º holdings	58,9	14,2	11,6	9,5	3,5	2,3	100,0
	Forest area	7,5	7,5	12,5	23,2	17,9	31,4	100,0
Continental Portugal	N.º holdings	85	8	3	2	1	1	100,0
	Forest area	15	7	7	9	7	55	100,0

Source: INE (1997b)

◆ **2.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: aspectos relevantes**

- A **não existência** de **Recenseamento Florestal** e a não existência ou desactualização da **matriz predial rústica** explicam a falta de rigor da informação disponível relativamente ao número e área detida pelos proprietários florestais privados não-industriais
- Segundo o documento *Estratégia Nacional para as Florestas* (**2006**: 35), a falta de Cadastro da propriedade relativamente a grande parte da área florestal [para além de prejudicar o conhecimento] **limita muitas dinâmicas do sector**
- A grande maioria dos prédios rústicos situa-se no Norte e Centro do país e são de reduzida dimensão física. Este aspecto da dimensão ajuda a explicar a dificuldade de realização de um Cadastro da propriedade

**2.1 – Proprietários florestais privados não-industriais:
aspectos relevantes**

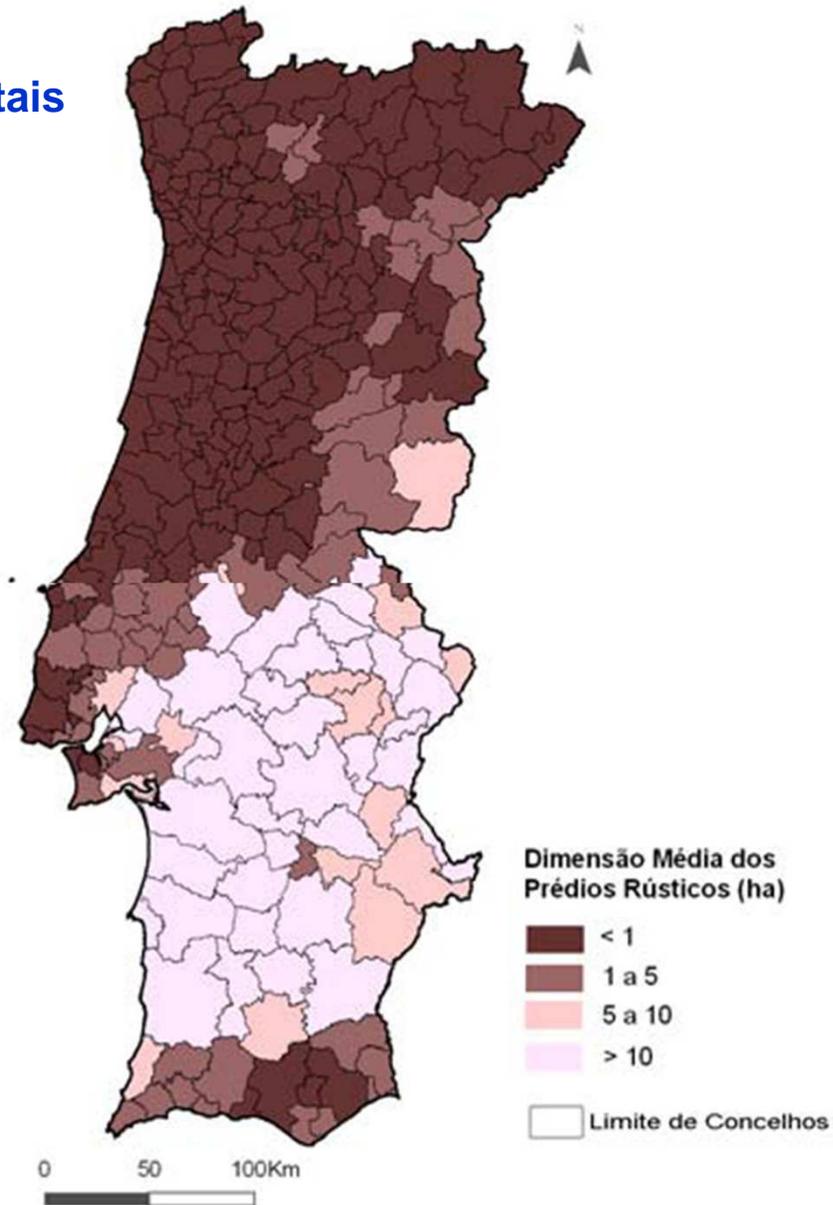


Figura – Dimensão média de Prédios Rústicos por concelho (Fonte: Direcção Geral dos Impostos)

◆ **2.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: aspectos relevantes**

Número total de Prédios Rústicos por NUTS II (Fonte: Direcção Geral dos Impostos)

NORTE	4.098.603
LISBOA	104.243
CENTRO	5.806.923
ALGARVE	437.031
ALENTEJO	351.065

Nota: Neste quadro e no mapa anterior, a distribuição concelhia da dimensão média dos prédios rústicos foi estimado através do quociente entre as áreas de cada concelho (depois de subtraídas as respectivas áreas sociais) e o número de artigos rústicos, a partir do registo da Direcção Geral dos Impostos

◆ **2.2 – Grandes empresas industriais e exportadoras: aspectos relevantes**

- ✓ pertencem, sobretudo, à indústria de pasta de papel
- ✓ gerem, sobretudo, florestas de eucalipto
- ✓ são os gestores mais “cuidadosos” do país. Cada indústria de pasta de papel possui a respectiva empresa de gestão florestal para cuidar das várias operações culturais
- ✓ em 2004, cerca de 25% das florestas de eucalipto estavam a atingir a quarta rotação. O que significa que terão de ser substituídas durante os próximos 10 anos
- ✓ nesta conjuntura, a indústria tenderá a usar esta oportunidade para pôr em prática os resultados da investigação e melhorar a produtividade das novas plantações

◆ **2.3 – Baldios: aspectos relevantes**

- ✓ a identificação dos baldios no século passado (séc. XX) esteve associada aos projectos de intervenção do Estado na propriedade comunitária
- ✓ os dois documentos mais relevantes que contribuíram para esta intervenção foram:
 - a) **Memória sobre o reconhecimento dos baldios do norte do Tejo**, efectuado em **1935**
 - b) **Reconhecimento dos Baldios do Continente**, de 1938.

◆ 2.3 – Baldios: aspectos relevantes

a) **Memória sobre o reconhecimento dos baldios do norte do Tejo**, efectuado em **1935**:

- ✓ recenseou os baldios a norte do Tejo com área superior a 500 ha
- ✓ apurou 452,000 ha
- ✓ a estes juntou 80,000 ha já submetidos ao Regime Florestal
- ✓ em suma, a área total de terras comunitárias recenseada em 1935 era de 532,000 ha
- ✓ desta área total, só 20,000 ha já se encontravam arborizados
- ✓ este documento serviu de base ao **Plano de Povoamento Florestal** de **1938**

◆ 2.3 – Baldios: aspectos relevantes

b) **Reconhecimento dos Baldios do Continente**, de 1938

- ✓ foi realizado pela Junta de Colonização Interna(*) e editado em 1939
- ✓ teve início em 1937 e apurou 7,638 baldios, com uma área total de 408,000 ha. A maior parte da área de baldios situava-se a norte do Tejo
- ✓ destes 408,000 ha, foi feita uma reserva provisória de 79,500 ha para colonização interna. O **Reconhecimento** indicava ainda que, além deste total, existiam cerca de 100,000 ha já submetidos ao Regime Florestal que não foram inquiridos
- ✓ este levantamento dos baldios foi mais exaustivo do que o de 1935 e abrangeu todo o país

(*) A Junta de Colonização Interna foi criada em 1936 com o principal objectivo de, através da repartição de glebas e da distribuição de *casais agrícolas*, contribuir para contrariar as “*más consequências*” da proletarização dos campos

◆ 2.3 – Baldios: aspectos relevantes

- ✓ a floresta gerida pelo domínio comunitário sempre se localizou a norte do Tejo
- ✓ este aspecto é confirmado pelo documento de 1935, *Memória ...*, e pelo *Reconhecimento* de 1938
- ✓ “[Na Região Norte] concentrava-se, no final dos anos trinta do século passado, 58% da área dos baldios existentes. Actualmente não se dispõe de informação fidedigna que permita indicar esta percentagem mas, das indicações disponíveis, parece poder concluir-se que não diminuiu a parte relativa da Região Norte no total da área da propriedade comunitária” (*Baptista, 2007:2*)
- ✓ apesar da não coincidência da informação disponível “parece poder situar-se, a traço grosso, em meio milhão de hectares a área baldia em Portugal nos anos trinta e quarenta do século XX” (*Baptista, 2007: Cap 1: 2: sublinhados nossos*)

◆ 2.3 – Baldios: aspectos relevantes

A incerteza sobre a área real ocupada pelo terrenos comunitários

- ✓ este aspecto é evidente no confronto entre os dois documentos antes referenciados e, entre estes e, por exemplo, os elementos publicados nas Estatísticas Agrícolas de 1950
- ✓ “Uma estimativa grosseira, baseada em informação referente à **segunda metade de 1990** permite indicar que, no Continente, [a área de baldio] rondaria os **380,000 ha**” (Baptista e Santos, 2005, em Baptista, 2007:2)

◆ 2.3 – Baldios: aspectos relevantes

A incerteza sobre a área real ocupada pelo terrenos comunitários (cont.)

- ✓ no momento presente existe também uma grande falta de informação sobre a área dos baldios por parte das entidades que os gerem. Esta situação resulta do facto de a norte do Tejo, em quase todas as zonas, não existir cadastro geométrico da propriedade rústica. A esta causa genérica, para todos os tipos de propriedade, há ainda a acrescentar a inexistência de um cadastro específico dos baldios

- ✓ aos factores mencionados, há a acrescentar outros aspectos que também dificultam o conhecimento sobre as áreas e os limites dos baldios. A saber:
 - (i) os conflitos de delimitação entre comunidades locais, e
 - (ii) o facto de o declínio das actividades tradicionais reduzir a necessidade de os compartes calcorrearem o baldio e, deste modo, manterem na memória a localização das extremas do terreno comunitário

◆ **2.4 – Estado: aspectos relevantes**

- ✓ em Portugal, a legislação florestal (Lei da Política Florestal de **1996**) aplica-se de forma indiferenciada à floresta pública, privada e comunitária, dado que não existe qualquer tipo de diferenciação entre os objectivos gerais para as florestas públicas e privadas
- ✓ todo o tipo de propriedade florestal é suposto assegurar as funções económicas, sociais (recreativas, educativas, científicas) e ecológicas da floresta, com base numa gestão sustentável da mesma
- ✓ contudo, está implícito que, **pelo menos, na floresta propriedade do Estado as funções sociais deverão ter maior importância** (peso relativo) do que na floresta gerida pelo domínio privado, e que os rendimentos da produção de madeira e de outros bens e serviços mercantis deverão ser utilizados em benefício da sociedade

3.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: **principais características**

Face à ausência de informação secundária disponível relativa aos proprietários florestais privados não-industriais dá-se a conhecer a recolhida e disponibilizada por um estudo realizado no âmbito do Projecto: *Estudo dos Problemas Estruturais das Explorações Florestais Portuguesas* (Projecto PAMAF – 8125)

- ✓ o Projecto foi realizado entre 1997 e 2000
- ✓ a recolha de informação empírica foi concretizada em **26 freguesias** do Continente português, consideradas **ilustrativas da diversidade de situações existentes** em Portugal continental
- ✓ **em cada uma das freguesias estudaram-se elementos** relativos à **estrutura da propriedade florestal** constantes das respectivas **matrizes prediais rústicas**

- ✓ **estas matrizes**, existentes nas **repartições de finanças dos respectivos concelhos**, **contêm** o registo de todos os prédios rústicos e informação sumária relativa a cada um. Os elementos de identificação do prédio incluem a sua área total e a ocupação do solo com área florestal (áreas e pés dispersos de cada uma das diferentes espécies florestais, e os valores das áreas de matos)

- ✓ em cada matriz predial rústica foi recolhida a informação relativa a todos os prédios com área florestal ou agro-florestal

- ✓ **de seguida, aplicou-se um inquérito por questionário, por administração directa**, tendo em vista a caracterização: **(i)** socioeconómica e **(ii)** das práticas florestais de 2.406 proprietários florestais privados

3.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: principais características

Dos proprietários florestais privados não-industriais inquiridos no estudo:

Características socioeconómicas

- ✓ a maioria (74%) era do sexo masculino
- ✓ a maioria (67%), tinha 60 ou mais anos, sendo que 39% tinha 70 ou mais anos
- ✓ a maioria (76%) tinha um descendente directo
- ✓ a maioria (55%) tinha o 1º ciclo (4ª classe) como nível de instrução
- ✓ a maioria (54%) pertencia ao grupo socioeconómico “reformado”
- ✓ a maioria (55%) tinha as reformas e pensões rurais como a principal origem de rendimento exterior à floresta; 23% tinha os salários e 14% as receitas de actividades empresariais ou por conta-própria

Acompanhamento da floresta

- ✓ a quase totalidade (91%) residia perto (i.e., no mesmo distrito) da propriedade florestal que administrava
- ✓ a grande maioria (81%) visitou o respectivo povoamento nos últimos 6 meses
- ✓ só 8% tinha contabilidade organizada ou registo de despesas e receitas da floresta

3.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: principais características

Dos proprietários florestais privados não-industriais inquiridos no estudo:

Exploração agrícola

- ✓ a maioria (69%) era detentora de uma exploração agrícola

Rendimento ou património

- ✓ para (44%) a floresta era identificada com “a obtenção de um rendimento”
- ✓ para cerca de 1/3 (30%) a floresta era identificada com “um património que se transmite”
- ✓ para a grande maioria (76%) o rendimento da floresta representara menos de 10% do rendimento total do proprietário nos últimos 10 anos
- ✓ só em 23% dos casos é que o rendimento da floresta era regular (anual ou periódico)

3.1 – Proprietários florestais privados não-industriais: principais características

Dos proprietários florestais privados não-industriais inquiridos no estudo:

Evolução da superfície florestal

- ✓ a maioria (69%) tinha mantido a área florestal após ter assumido o início da administração da mesma
- ✓ 27% tinha aumentado e 4% reduzido aquela área

Modo de aquisição e forma de exploração

- ✓ a maioria (76%) tinha a herança como origem do total da superfície florestal que geria
- ✓ só 23% tinha adquirido/ comprado aquela superfície
- ✓ a quase totalidade (97%) geria por conta própria a respectiva área florestal

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- ✓ o **Regime Florestal** de **1901** e o seu regulamento de 1903, já previam favorecer o estabelecimento de associações de proprietários florestais
- ✓ porém, desde o final da I República até aos anos sessenta do século XX, o meio silvícola conheceu um acentuado apagamento
- ✓ por exemplo, “(...) António Mendes de Almeida, destacado e reconhecido cultor da silvicultura, nas suas lições de Economia Florestal relativas ao ano escolar de 1934-35, ignora o associativismo nas suas propostas para uma adequada política florestal e menciona apenas a ‘organização corporativa dos proprietários florestais’”.

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- ✓ o ressurgimento, com vigor, do tema do associativismo regista-se nos anos sessenta
- ✓ este ressurgimento dá-se com uma corrente de políticos e técnicos que, no seio do Estado Novo, defendeu a necessidade de ajustar as estruturas agrárias, para que estas pudessem contribuir, de modo mais eficaz, para o desenvolvimento económico do país
- ✓ neste contexto, uma das preocupações era a insuficiente dimensão das parcelas agrícolas para permitir uma adequada utilização económica e técnica
- ✓ “A legislação sobre o emparcelamento de 1962 veio a ser uma consequência destas propostas, que não acabaram bem (...), mas que também tiveram eco na floresta, por vezes, com algum radicalismo” (Baptista e Santos, 2005: 80).

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- ✓ “Carneiro (1962), depois de evidenciar as vantagens de os proprietários florestais emparcelarem os seus pequenos retalhos defende: ‘As manchas contínuas de florestas só terão possibilidade de ser exploradas racionalmente constituindo um todo unitário rentável. E nem sequer importa à unidade de gestão, ou à gerência técnica da empresa cooperativa, saber quantas são e a quem pertencem as várias parcelas. Importa apenas, do ponto de vista contabilístico, conhecer a área, ou quota-parte, que cabe a cada cooperador’” (Baptista e Santos, 2005: 80)
- ✓ também a própria legislação do Fundo de Fomento Florestal, na 2ª metade dos anos 60 do século XX, estabelecia critérios que favoreciam a arborização conjunta de parcelas de proprietários diferentes

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- ✓ “Experiências concretizadas (Lopes, 1977) e estudos feitos (Almeida, 1997; Martins, 1993) não evidenciam antagonismo entre os proprietários florestais e o associativismo, **desde que este corresponda às suas expectativas**” (Baptista e Santos, 2005: 80, sublinhados nossos).
- ✓ os resultados do inquérito realizado no âmbito do Projecto: *Estudo dos Problemas Estruturais das Explorações Florestais Portuguesas* (Projecto PAMAF–8125) evidenciam que só **5%** dos proprietários inquiridos participavam em associações, mas metade dos restantes manifestava interesse na existência de associações
- ✓ portanto, a questão parece estar, sobretudo, na **relação entre o modelo de associação e o interesse de cada proprietário**

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

➤ Segundo o referido inquérito:

- ✓ a maior parte dos proprietários que participava em associações, não avaliava positivamente o seu relacionamento com as associações
- ✓ por outro lado, 4/5 dos inquiridos tinham opinião sobre as funções que as associações ligadas ao sector florestal deveriam assegurar. Estas funções eram, de acordo com os inquiridos:
 - **limpeza de matos: 29%**
 - **organização da prevenção e do combate a incêndios: 15%**
 - **apoio técnico: 12%**
 - **informação sobre as políticas florestais: 10%**
 - **outras funções: 12%**
 - **não respostas: 22%**
- ✓ “O desempenho de cada uma destas tarefas **deveria ir ao encontro** dos interesses de cada proprietário florestal, **das suas lógicas económica e de gestão**” (Baptista e Santos, 2005: 80: sublinhados nossos)
- ✓ como é sublinhado no Tema ***Proprietários florestais privados: lógicas económicas e modelos de trabalho***, deste Módulo I, “a identificação de tipos diferenciados de proprietários florestais privados [não-industriais] evidencia que **não há uma uniformidade de interesses e expectativas**, pelo que **o associativismo**, para poder assegurar o lugar central que dele se espera na política florestal, **tem que moldar-se à diferenciação dos proprietários florestais**” (Baptista e Santos, 2005: 80-1: sublinhados nossos)

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- do antes referido, isto é: ***a não existência de uniformidade de interesses e expectativas***, ressalta que ***o associativismo***, para poder assegurar o lugar central que dele se espera na política florestal, ***tem que moldar-se à diferenciação dos proprietários florestais***
- segundo a *Estratégia Nacional para as Florestas* (2006: 36-8), “em face das reduzidas dimensões associadas à generalidade dos prédios rústicos, com particular incidência nas Regiões Norte e Centro, **a obtenção de áreas mínimas de gestão está muito dependente das atitudes e formas de estar dos proprietários que as detêm**” (sublinhados nossos)
- ainda segundo o mesmo documento, a obtenção aquelas áreas mínimas “implica forçosamente **figuras de agrupamento** que poderão ter diferenças quanto à sua intensidade”

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- **estas figuras** podem consistir apenas na associação para uma gestão comum, através da criação de **zonas de intervenção florestal** (ZIF) (Dec. Lei nº 127/2005), ou por via do **associativismo** e **cooperativismo florestal** ou da dinamização de fundos de investimento imobiliário
- subjacente à criação de **ZIFs** está o objectivo de criação de dimensão física que possibilite ganhos de eficiência, por via do ordenamento e emparcelamento das propriedades florestais, e desincentivo do seu fraccionamento
- **objectivos das ZIF**: promoção da gestão sustentável dos espaços florestais que as integram; coordenação, de forma planeada, da protecção de espaços florestais e naturais; redução das condições de ignição e de propagação de incêndios; recuperação destes espaços

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

- o **associativismo florestal** integra organizações diferenciadas quanto à abrangência dos seus objectivos

- estas organizações incluem:
 - ✓ as que se dedicam exclusivamente a actividades ligadas ao ordenamento e gestão florestal (Associações e Cooperativas Florestais) e
 - ✓ as que desenvolvem outras actividades ligadas ao sector agrário (Associações Agro-florestais e Cooperativas Agrícolas com secção florestal)

- oficialmente são reconhecidos 3 tipos de organizações representativas dos proprietários e produtos florestais (Dec. Lei nº 166/2000):
 - ✓ associações e cooperativas de âmbito nacional, regional ou local
 - ✓ uniões e federações de associações e cooperativas
 - ✓ confederações de âmbito nacional

3.2 – Proprietários florestais privados não-industriais: **associativismo**

Organizações de Produtores Florestais (OPF)

Tipo de organização		Nº de OPF associadas:	
		a uma organização de nível superior	a mais do que uma organização de nível superior
Nível superior	Confederações (CAP, CONFAGRI, CNA)	6	25
	Federações/Uniões (FENAFLORESTA, FORESTIS, FPPF, BALADI, UNAC)	70	
Sub-total		101	
1º grau	Associações independentes (não filiadas em organizações de nível superior)	62	
Nº total de Organizações de Produtores Florestais		163	

3.3 - Proprietários florestais privados não-industriais: funções “tradicionalis”

- como já referido, os **Proprietários florestais privados não-industriais** foram os que mais tardiamente foram identificados e ganharam visibilidade social, enquanto proprietários florestais

- **tradicionalmente** as suas matas eram parte integrante dos sistemas agrários e dos modos de vida dos lugares e das aldeias:
 - ✓ a madeira era uma componente indispensável no vigamento dos telhados, palheiros, arrecadações, casas, ...
 - ✓ os matos eram roçados para atapetar ruas e currais, donde saía o estrume para fertilizar os campos; as lenhas, pinhas e carumas eram usadas no lume doméstico, no forno do pão, ...
 - ✓ o gado miúdo apascentava-se por matos e sob-coberto de arvoredos
 - ✓ colhia-se a resina dos pinheiros, os míscaros, ...

3.3 – Proprietários florestais privados não-industriais: declínio das funções “tradicionais”

➤ os anos 60 do século XX marcaram o início do declínio desta complementaridade.

Primeiro os adubos químicos e, depois, a preocupação com a saúde pública fazem recuar o uso dos estrumes e a roça dos matos. Por seu lado, o gás, enquanto combustível doméstico, substitui as lenhas, pinhas e carumas. O pão industrial dispensa o uso do forno individual ou colectivo. A prática da resinagem também se reduz progressivamente (emigração/escassez de mão-de-obra). A construção de casas, ... passa a depender, cada vez menos, de materiais locais

➤ ou seja, o processo de separação entre a floresta e a agricultura foi ganhando visibilidade

➤ este processo acompanhou a transformação:

(i) da agricultura,

(ii) dos modos de vida dos territórios rurais, e

(iii) da utilização do respectivo espaço

3.3 – Proprietários florestais privados não-industriais: declínio das funções “tradicionais”

- a progressiva redução da superfície agrícola cultivada e o aumento da da florestal contribuiu para:
 - (i) vincar a separação entre agricultura e floresta, e também para
 - (ii) dar visibilidade social aos proprietários florestais privados

- **é só nas últimas décadas do século XX** que:
 - (i) emerge a figura do proprietário florestal, e que
 - (ii) a floresta que realmente existia, em grande parte de pequena e muito pequena dimensão, começou a impor-se no panorama florestal

4.1 – Baldios: contexto histórico

Alteração da definição legal de baldio e de comparte

- ✓ a devolução dos baldios aos povos ocorreu após a queda do Estado Novo e reconheceu o estatuto, consagrado na Constituição de 1976, de propriedade comunitária. “Ou seja, os baldios passaram a ser propriedade dos povos e determinou-se a restituição da administração dos baldios aos seus legítimos utentes”
- ✓ esta alteração também se “reflectiu no ***modo como foi localmente entendida a definição legal de comparte*** estabelecida no diploma legal de **1976**, que determinou a devolução dos baldios aos povos”
- ✓ “Tradicionalmente o “comparte” era o morador ou seja, a família, a casa, o fogo, que tinha o direito de utilizar o baldio como parte do seu sistema de produção e de recolher produtos (lenhas, pinhas, carumas) necessários à sua economia doméstica. (...) Este acesso não era, com frequência, igualitário, mas articulava-se com os equipamentos e outros meios de produção de que dispunha cada morador para utilizar o baldio” (sublinhados nossos). Por exemplo, a capacidade de retirar algum rendimento do baldio, limitava-se, no caso dos “cabaneiros do Barroso” a fabricarem carvão (Ribeiro, 1997, em Baptista, no prelo: 9)
- ✓ a aplicação da legislação de 1976 e, depois, a de 1993 “levou a tomar como compartes, os eleitores ou a população residente, geralmente alargada ainda aos emigrantes, dos lugares e aldeias com direitos sobre o baldio. Passou-se assim da família, do fogo, da casa, para o indivíduo. Esta mudança correspondia à passagem da predominância da utilização directa do baldio para a apropriação rentista das receitas que proporciona” (sublinhados nossos)

4.2 – Baldios: principais características

Face à ausência de outra informação secundária disponível, a caracterização que se segue adopta os resultados do Inquérito aos *Baldios da Região Norte do Continente Português*, realizado em 2000

- Região Norte – corresponde à zona a norte do rio Douro e a sul deste rio, aos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Feira, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Vale de Cambra, Vila Nova de Foz Côa, Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca
- neste espaço concentrava-se, no final dos anos 30 do século passado, 58% da área dos baldios existentes
- embora não seja possível confirmar este valor percentual, as indicações disponíveis sugerem que não diminuiu a parte relativa da Região Norte no total da área da propriedade comunitária. Uma estimativa grosseira baseada em informação referente à segunda metade de 1990 permite indicar que, no Continente, a área de baldio rondaria os 380,000 ha
- foram identificados e inquiridos **820 baldios**, localizados em **584 freguesias**

4. 2 – Baldios: principais características

Quadro 1 – Região Norte. Comparação do *Reconhecimento* de 1938 e do *Inquérito* de 2000

		1938		2000	
Freguesias com baldios (número)		1099		584	
Baldios (número)		3754		820	
Número e percentagem do número de baldios, de que se conhece a área, por escalões de área	≤ 1 ha	1468	39.6%	14	2.1%
	> 1 ha a ≤ 10 ha	1177	31.7%	59	8.8%
	> 10 a ≤ 100 ha	729	19.6%	219	32.4%
	> 100 ha	336	9.1%	383	56.7%
	Total	3710	100.0%	675	100.0%

4. 2 – Baldios: principais características

Quadro 2 – Região Norte. Percentagem do número de baldios, em 2000 e da área de baldios, em 1938

Zona	2000		1938
	Percentagem do número de baldios		Percentagem da área de baldios
	Total	> 500 ha	
Norte de Trás-os-Montes	42	45	43
Alto Minho	25	24	24
Baixo Minho Interior e Terras de Basto	13	18	20
Douro Norte e Terra Quente	7	4	4
Baixo Minho Litoral	4	2	1
Aveiro (distrito) ⁽¹⁾	3	1	2
Viseu (distrito) ⁽¹⁾	6	6	6
Total	100	100	100

(1) Concelhos do distrito que se situam na Região Norte.

4. 2 – Baldios: principais características

Quadro 3 – Região Norte. Características de montanha e número de lugares (2000)

Zona	Número total de baldios	Percentagem do número de baldios							Número de baldios por freguesia (média)
		Por tipos de zona, definidos em relação ao carácter de montanha ⁽¹⁾			Segundo o número de lugares com direito ao baldio				
		I	II	III	1	2	3 a 5	≥ 6	
Norte de Trás-os-Montes	341	76	19	5	69	14	12	5	2.0
Alto Minho	207	4	33	63	2	..	14	84	1.0
Baixo Minho Interior e Terras de Basto	109	16	47	37	24	11	23	42	1.3
Douro Norte e Terra Quente	57	47	44	9	61	18	19	2	1.9
Baixo Minho Litoral	34	–	29	71	–	3	18	79	1.0
Aveiro (distrito) ⁽²⁾	22	18	82	–	27	–	18	55	1.6
Viseu (distrito) ⁽²⁾	50	82	18	–	28	20	32	20	1.1
Total	820	44	30	26	39	10	16	35	1.4

(1) - I = altitude média da freguesia onde se localiza o baldio superior a 700 m;

II = declive médio da freguesia onde se localiza o baldio superior a 25% mas altitude inferior a 700 m ou declive médio entre 10% e 25% e altitude média entre 400 m e 700 m;

III = sem carácter de montanha.

(2) Ver nota do quadro anterior.

4. 2 – Baldios: principais características

Quadro 5 – Região Norte. Percentagem do número de baldios por classes de área total e tipo de área

Classes de área total (hectares)	Percentagem do número de baldios com área			
	Total	Florestal	Agrícola	Outras
> 0 a ≤ 1	2	1	–	1
> 1 a ≤ 10	9	6	2	12
> 10 a ≤ 100	32.5	31	21	20
> 100 a ≤ 500	32.5	34	34	33
> 500	24	25	34	29
Sem área total conhecida e com outros tipos de área ^(*)	–	3	9	5
Total	100	100	100	100

(*) Corresponde a baldios em que não houve resposta sobre o valor da área total do baldio mas em que este foi indicado para outro(s) tipo(s) de área.

4.3 – Baldios: funções

➤ **Funções:**

- (i) associadas às **economias individuais dos compartes**
- (ii) relativas à **economia do colectivo comunitário** – esta economia abrange as actividades cujo controlo e administração pertencem aos órgãos gestores do baldio

Órgãos gestores do baldio são quem recebe as receitas do baldio e as aplica. Uma vez que, nos termos da lei, as receitas do baldio não podem ser aplicadas em benefício dos moradores mas canalizadas para realizações que beneficiem a vida local e/ou a economia do colectivo comunitário, estas decisões de aplicação das receitas cabem aos órgãos de gestão do baldio

Funções “tradicionais” do baldio

Funções “actuais” do baldio

4.3 – Baldios: funções “tradicionais”

➤ O baldio:

- ✓ assegurava o pastoreio do gado (a principal, ou única, produção então comercializada)
- ✓ proporcionava os matos que eram convertidos em estrume, por maceração nos currais e caminhos

“O estrume faz a cultura, a cultura o alimento, o alimento o homem e o homem a sociedade” (Ferreira Lapa, 1868).

“O auto-aprovisionamento da fertilidade” no Alto Barroso era “o factor limitante do nível de intensidade do sistema de culturas” (Santos, 1992)

- ✓ era fonte de combustível doméstica (cozinha, lareira, forno do pão, ...)
- ✓ permitia o fabrico de carvão (mercado, fogareiros, braseiros, ...)
- ✓ facultava madeira (construção casas, palheiros, currais, ...)
- ✓ disponibilizava pedras (marcar divisórias das parcelas de terra, edificar casas, ...), vimes (trabalho dos cesteiros)
- ✓ dava acesso a terras de cultivo que eram anualmente loteadas e cujas produções permitiam complementar os rendimentos proporcionados pelas produções com origem na exploração agrícola

“O baldio era, de facto, o suporte do sistema agrário”

4.3 – Baldios: funções “tradicionais”

- Principais factores que contribuíram para o declínio das funções “tradicionais” e, conseqüentemente, para a alteração do lugar central do baldio no sistema agrário
 - ✓ processo de florestação iniciado em 1930
 - ✓ instalação de *casais* (unidades) agrícolas no âmbito da política de colonização interna do Estado Novo
 - ✓ inundação de terrenos comunitários, em consequência da construção de barragens e, principalmente, a
 - ✓ crescente integração mercantil dos produtos, dos meios de produção e do trabalho nas cidades e nos países de emigração (este último a partir, sobretudo, de 1960)

Desta crescente integração resultou:

- ✓ **declínio da pressão demográfica sobre os campos**
- ✓ **transformações na agricultura** (fertilizantes químicos substituem os estrumes, alimentos concentrados substituem o pastoreio e os modos de condução do gado, o melhoramento animal substitui as raças autóctones, ...)
- ✓ **transformações nos modos e estilos de vida das populações rurais** (os fogões a gaz substituem o “lume”, o pão industrial substitui os fornos do pão,...)

4.3 – Baldios: funções “tradicionais”

➤ Em suma:

- ✓ ao irem perdendo, progressivamente, o lugar central/suporte do sistema agrário, os baldios foram, também progressivamente e com expressões locais diferenciadas, perdendo o “interesse” da maioria dos moradores/populações que usufruíam dos mesmos
- ✓ conseqüentemente, os preceitos que asseguravam a utilização comunitária dos baldios também foram sendo, progressivamente, descurados
- ✓ deste modo, os **baldios perderam** a sua **função decisiva** no funcionamento e reprodução dos **sistemas agrários**, e
- ✓ actualmente, a presença dos baldios “**já não diferencia a evolução dos sistemas agrícolas**”

4.3 – Baldios: funções “actuais”

Quadro 10 – Freguesias com baldios. Número médio de actividades por família

Número médio de actividades praticadas no baldio por família ^(*)	Número de freguesias
0	71
> 0 a < 1	356
> 1 a < 2	77
> 2	80
Total	584

(*) Calcularam-se as médias à milésima e não se encontraram casos iguais a 1 ou 2.

4.3 – Baldios: funções “actuais”

- **Actividades tradicionais que AINDA merecem uma valoração favorável em muitos baldios: o PASTOREIO em particular**

Quadro 11 – Actividade que proporciona mais receitas e mais importante para manter a vida da comunidade

Actividade	Número de baldios em que a actividade foi indicada como sendo a que proporcionou mais receitas nos últimos 10 anos	Número de baldios em que a actividade foi indicada como sendo a mais importante para manter a vida da comunidade
Pastoreio	4	293
Recolha de matos	–	11
Recolha de lenhas	–	45
Culturas agrícolas anuais	9	13
Culturas permanentes não florestais	–	2
Apicultura	–	2
Recolha de cogumelos ⁽¹⁾	1	1
Recolha de outros produtos da floresta ⁽¹⁾	1	1
Total	15	368

(1) Não se inquiriu o número de baldios em que se praticavam estas actividades, nem o número de pessoas que o fazia.

4.3 – Baldios: funções “actuais”

“Como consequência da arborização promovida pelo Estado, a floresta tem agora grande relevo nos baldios”

Quadro 1 – Áreas e actividades florestais

Áreas e actividades	Número de baldios em que:				
	existe área	a actividade se verifica	a actividade originou receitas nos últimos 25 anos	a actividade foi a principal fonte de receitas no baldio nos últimos 10 anos	é a actividade mais importante para manter a vida da comunidade
Área florestal	719				
Área florestal com arvoredos	507				
Venda de material lenhoso			577	}	}
Arrendamento de terras para produção florestal		37	39		
Resinagem		89	*	23	6
Viveiros florestais		13	2		1

(*) Não se inquiriu.

4.3 – Baldios: funções “actuais”

Conjunto de actividades que, além da floresta, estão sob o controlo dos respectivos órgãos gestores

Quadro 3 – Actividades no baldio que têm o controlo dos órgãos gestores

Actividade/utilização	Número de baldios			
	verifica-se a actividade/utilização	a actividade/utilização origina receitas	a actividade/utilização foi a principal fonte de receitas nos últimos 10 anos	é a actividade/utilização mais importante para manter a vida da comunidade
Caça	767	241	10	15
Antenas (telefones, rádio, televisão, Força Aérea, etc.)	153	75	19	2
Parques eólicos	48	40	14	6
Pedreiras	85	66	25	14
Expropriações, venda ou arrendamento de terrenos do baldio	(2)	(2)	13	
Construção de casas e equipamentos	(1)	(2)		13
Captação de água	(1)	(2)		12
Casas da Guarda Florestal	264	3		

(1) Ver capítulo 1.

(2) Não se inquiriu.

4.3 – Baldios: funções “actuais”

➤ **Outras actividades: lazer, recreio, desporto e iniciativas ambientais**

Quadro 4 – Percursos e actividades de recreio, lazer e desportivas

	Número de baldios:				
	total	com percursos		em que há actividades de recreio, lazer e/ou desportivas	
		total	em que o traçado foi feito com conhecimento do órgão gestor	total	em que o órgão gestor foi, pelo menos uma vez, contactado previamente
Serra da Freita, Mó e Viso	16	12	4	16	3
Terras Altas do Vez	12	5	2	12	2
Serra da Cabreira ⁽¹⁾	12	9	5	12	0

(1) Freguesias pertencentes ao concelho de Vieira do Minho.

4.3 – Baldios: funções “actuais”

➤ “Exploração mineira e rentista dos recursos”

“O panorama da economia dos baldios [ilustrado pelas funções “actuais” dos baldios evidencia] o lugar destacado da floresta que se traduz, na grande maioria dos casos, na **obtenção de receitas sem qualquer investimento**, beneficiando da floresta feita pelo Estado antes da devolução dos baldios aos povos. **Esta mesma atitude rentista** está associada aos parques eólicos, antenas, pedreiras, caça e à cedência (por venda, cedência ou expropriação) de parcelas do baldio. É um grupo de actividades, onde se inclui a floresta, que integram a economia do colectivo comunitário mas que não se articulam com as economias individuais dos compartes” (sublinhados nossos)

Bibliografia utilizada

- ✓ Baptista, Fernando Oliveira e Ricardo Terra Santos (2005), *Os Proprietários Florestais*, Oeiras, Celta.
- ✓ Baptista, Fernando Oliveira (2007), *Os Baldios. Economia e Modalidades de Gestão: Resultados de um Inquérito*, no prelo.
- ✓ *Estratégia Nacional para a Floresta* (2006)
- ✓ Mendes, Américo M.S. Carvalho (2004), *The Portuguese Forests: Country Level Report Delivered to the EFFE Project – Evaluating Financing of Forestry in Europe*, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão, Centro Regional do Porto, Novembro.
- ✓ Radich, Maria Carlos e Fernando Oliveira Baptista (2005), “Floresta e sociedade: um percurso (1875-2005)”, *Silva Lusitana*, 13 (2), pp. 143-157.

Outras referências bibliográficas a consultar:

- ✓ Baptista, Fernando Oliveira (1978), *Portugal 1975. Os Campos*, Porto, Afrontamento.
- ✓ Baptista, Fernando Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, pp. 281-303.
- ✓ Baptista, Fernando Oliveira (2001), *Agriculturas e Territórios*, Oeiras, Celta, pp. 9-59.
- ✓ Baptista, Fernando Oliveira (2003), “Um rural sem território”, em Portela, José & João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, pp. 47-66.
- ✓ Lourenço, Fernando (1981), “O baldio e a exploração agrícola individual numa aldeia do Nordeste Transmontano”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7-8, pp. 421-445.
- ✓ Seita Coelho, Inocêncio (2003), “Propriedade da terra e política florestal em Portugal”, *Silva Lusitana*, 11 (2), pp. 185-199.